**PROJETOS DIDÁTICOS DE GÊNERO: UM DISPOSITIVO DE ENSINO PENSADO PELA E PARA A REDE MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Joseane Matias[[1]](#footnote-2)

**Resumo**

Este artigo se propõe a discutir sobre o ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental. Para tanto, trata do Projeto Didático de Gênero (PDG) como um dispositivo de ensino concebido e desenvolvido por um grupo de pesquisa que teve como foco a Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo e resultou de um trabalho colaborativo entre professores dos anos finais das escolas municipais e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. O texto traz as concepções teóricas que fundamentam essa metodologia, que tem como bases os princípios das Sequências Didáticas e dos Projetos de Letramento, ambos ancorados na perspectiva enunciativo-discursiva proposta pelos documentos normativos que norteiam o trabalho de ensino de língua, tais como os Parâmetros Curriculares Nacinais e a Base Nacional Comum Curricular. Relata, ainda, uma breve pesquisa documental que visa a analisar os impactos do PDG e sua visibilidade dentro e fora rede, seja por meio da formação continuada ofertada aos professores ao longo de cinco anos, seja pelas pesquisas desenvolvidas a partir do projeto, em nível de pós-graduação. Apresenta, ainda, pequenos relatos de projetos didáticos de gênero desenvolvidos em escolas hamburguenses, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, evidenciando a importância de promover a autoria dos professores participantes e envolver os alunos em práticas de linguagem socialmente situadas, de modo a torná-los protagonistas no processo de ensino e aprendizagem. Procura, também, apontar possibilidades de formação de comunidades de desenvolvimento profissional que se propõem a discutir e aprimorar a metodologia na rede, de modo a aprofundar discussões referentes às práticas de linguagem leitura, escrita, oralidade, análise linguística e semiótica, de modo a reafirmar a parceria entre secretaria de educação e universidade, estreitando laços entre professores e pesquisadores.

**Palavras-chave**: projeto didático de gênero; língua portuguesa; protagonismo; autoria.

**INTRODUÇÃO**

Historicamente se discute a respeito do ensino de Língua Portuguesa, buscando, dentro de uma perspectiva enunciativo-discursiva, metodologias que visem a aproximar o aluno, em sala de aula, de situações reais do uso da linguagem. Tais discussões têm sua origem não só nos resultados catastróficos das avaliações em larga escala, mas também de percepções do cotidiano escolar, no que se refere ao letramento dos egressos da educação básica. Surge daí a necessidade de aproximar teoria e prática, ou seja, o que se pesquisa nas universidades a respeito do ensino da língua com o que realmente ocorre dentro das salas de aula. Nesse sentido, tratar de Projeto Didático de Gênero parece-nos não só fomentar essa aproximação, mas também apontar uma possível solução para um problema que permeia o ensino de Língua Portuguesa há tanto tempo.

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) em dezembro de 2017, é reafirmado ao professor brasileiro o compromisso de pensar o currículo sob uma perspectiva de progressão longitudinal de aprendizagens. A BNCC, ao mesmo tempo em que visa a definir “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (p. 7), propõe dez competências gerais focadas na formação integral do indivíduo, a serem desenvolvidas ao longo de toda a educação básica, em todos os campos de experiência/áreas do conhecimento e em todos os componentes curriculares.

Nesse contexto, cabe-nos pensar o que a Língua Portuguesa enquanto componente curricular tem um potencial muito grande para o desenvolvimento dessas dez competências, na medida em que está organizada, nesse documento, em prol da ampliação dos letramentos e da participação significativa nas diversas práticas sociais letradas, por meio de quatro práticas de linguagem que se entrelaçam e se complementam, sob uma perspectiva enunciativo-discursiva: a leitura, a escrita, a oralidade e a análise linguística. Esses quatro eixos, como assim são chamados na Base, tomam o texto como ponto central, a partir do qual os conhecimentos

devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas (BRASIL, 2017, p. 65)

Todos esses conceitos trazidos pela BNCC já constituíam, de alguma maneira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), homologados em 1998, documento que, embora também não tenha um caráter prescritivo para o trabalho do professor, propõe-se a trazer referências, sobretudo conceituais, para a construção de referenciais curriculares e para a formação de professores. Estamos, portanto, diante de uma proposta cujas bases já nos são familiares e sobre as quais já nos colocamos a refletir anteriormente. Nesse sentido, o que trazemos neste artigo é o relato e a reflexão sobre um conjunto de ações realizadas por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo (SMED) e o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), cujo objetivo é qualificar, no município, o ensino de Língua Portuguesa e desenvolver, na universidade, pesquisas que possibilitem essa qualificação.

É importante destacar que essa parceria ocorre até o presente momento, embora tenha sofrido algumas modificações decorrentes do desenvolvimento das pesquisas, dos convênios firmados e, certamente, da evolução dos documentos oficiais que norteiam a prática docente. Um dos resultados mais significativos desse trabalho conjunto é o Projeto Didático de Gênero, dispositivo de ensino que visa a oferecer aos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem da área de linguagens um trabalho focado na leitura e na produção de um ou mais gêneros, conectando-os, por meio de uma temática relacionada diretamente à realidade dos alunos e a uma prática social letrada. Seu desenvolvimento iniciou dentro de salas de aula hamburguenses, entre professores de Língua Portuguesa, amparados pela comunidade de indagação da qual fomos convidados a fazer parte.

**OS PROJETOS FORMCOOP E DESENVPROF COMO PROTAGONISTAS DA PARCERIA COM A REDE**

O projeto “Por uma formação continuada cooperativa para o desenvolvimento do processo educativo de leitura e produção textual escrita no Ensino Fundamental” (FORMCOOP), que ocorreu entre os anos de 2011 e 2014, surgiu de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo. Apoiado pela Capes (Programa Observatório da Educação), teve como objetivo promover uma aproximação entre o meio acadêmico e uma rede pública de ensino, de modo a refletir sobre práticas de leitura e escrita, numa perspectiva interacionista de linguagem.

Ao longo dos quatro anos em que esteve em vigor, foram constituídas duas comunidades diferentes: a comunidade de indagação, formada por professores pesquisadores – da rede municipal e do PPGLA – e alunos do curso de Letras da Unisinos, que se encontravam semanalmente para desenvolver e discutir os conceitos fundantes do projeto; e uma comunidade de aprendizagem, formada por professores de Língua Portuguesa e dos anos iniciais da rede municipal, que participaram da formação continuada, internalizando os conceitos e colocando-os em prática. O trabalho de coconstrução dessas comunidades resultou em um novo dispositivo de ensino: o Projeto Didático de Gênero. Dessa comunidade de aprendizagem, participaram em torno de 100 professores de Língua Portuguesa e de anos iniciais do ensino fundamental, por meio de um curso ofertado em cinco diferentes módulos, relacionados aos agrupamentos de gêneros de texto propostos por Dolz e Schnewly (2004): narrar, relatar, argumentar, expor e instruir.

Em 2016, a proposta de pesquisa intitulada “Formação Continuada e Comunidades de Desenvolvimento Profissional: Aproximações Teórico-práticas” (DESENVPROF), cujo objetivo é investigar os impactos da BNCC no ensino de Língua Portuguesa e no trabalho do professor da Educação Básica por meio da apropriação dos conceitos reguladores presentes nesse documento e sua posterior transposição didática, reafirma a parceria com a rede municipal de Novo Hamburgo e marca a continuidade do projeto. A proposta, no decorrer de 2017, a partir de reuniões do grupo de pesquisa da Unisinos, foi tomando forma, por meio de leituras e discussões entre os membros do grupo de pesquisa, de modo a incorporar em seu escopo as práticas de linguagem abordadas na BNCC e a formação de comunidades de desenvolvimento profissional.

No ano de 2018, os encontros de formação têm sido o foco do grupo de pesquisa constituído e o PDG o mecanismo responsável por materializar, nas salas de aula, os conceitos aprofundados pelos professores participantes. Na atual fase do projeto, além da de promover encontros de formação continuada aos professores de Língua Portuguesa de 5º ano e anos finais, pensou-se em inserir nas discussões o coordenador pedagógico, com o intuito de possibilitar a disseminação das aprendizagens do curso entre os grupos docentes das escolas onde atuam. O curso ofertado propõe oficinas que, alinhadas à BNCC, tratam dos eixos da leitura, da escrita, da oralidade e da análise linguística/semiótica enquanto práticas de linguagem relacionadas e previstas no desenvolvimento de PDGs. Posteriormente, a ideia é oportunizar formação de comunidades de desenvolvimento profissional (conceito que explicitaremos mais adiante).

**O PDG COMO DISPOSITIVO DE ENSINO**

Um ensino de Língua Portuguesa voltado para a interação pela linguagem requer que sejam adotadas metodologias capazes de desenvolver não só habilidades de ler e escrever bem, mas também de ser ativo na sociedade e de pensar criticamente. Os gêneros de texto entram, assim, em jogo, por serem a materialização do agir linguageiro. Dessa forma, o Projeto Didático de Gênero emergiu da necessidade (e da vontade) de se pensar em uma prática inovadora para o ensino de língua materna, de modo a abranger a função social da escrita e da leitura e, assim, suprir as necessidades dos alunos e professores das escolas públicas da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo. Esse dispositivo de ensino tem dois aportes teóricos que se distinguem e ao mesmo tempo se entrelaçam: o Interacionismo Sociodiscursivo e os Estudos de Letramento. Embora pertençam a vertentes distintas, o ponto em comum dessas duas teorias é o foco na interação.

O PDG foi desenvolvido na UNISINOS, por um grupo de professores pesquisadores, coordenados pelas professoras Ana Maria Mattos Guimarães e Dorotea Frank Kersch, a partir dos princípios das Sequências Didáticas, desenvolvidos em Genebra por Dolz, Naverraz e Schneuwly (2004) e dos Projetos de Letramento, propostos por Kleiman (2007). Tais princípios, aliados à proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), que remetem a “situações linguisticamente significativas” (Brasil, 1998, p. 46), deram origem a uma proposta metodológica, com base sociointeracionista, que visa a oferecer aos sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem de língua materna um trabalho focado na leitura e na produção de um ou mais gêneros, conectando-os, por meio de uma temática relacionada diretamente à realidade dos alunos, a uma prática social letrada.

Para Guimarães e Kersch,

[…] Projeto Didático de Gênero (PDG) se caracteriza como um guarda-chuva que abriga, a partir de uma escolha temática, o trabalho com um ou mais gêneros em um dado espaço de tempo (um bimestre, por exemplo), sempre com a preocupação de relacionar a proposta a uma dada prática social, verificando as esferas de circulação dos gêneros trabalhados (e, na medida do possível, fazendo-os circular fora da esfera escolar. (GUIMARÃES E KERSCH, 2014, p.24).

Dolz, Naverraz e Schneuwly (2004, p.96) definem a Sequência Didática como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Kleiman (2007, p. 238 ) define o Projeto de Letramento como “uma prática social em que a escrita é utilizada para atingir algum outro fim, que vai além da mera aprendizagem formal da escrita”. Ao entendermos que é o gênero que materializa a língua em diversas situações de interação, o que o PDG traz como proposta é a união dos princípios dessas duas metodologias em prol de um trabalho sistemático que abrange não só o gênero, mas também sua inserção nas diversas práticas sociais letradas que permeiam as relações dos indivíduos no mundo.

O formato de um PDG depende do gênero a ser trabalhado e da prática social a ser alcançada. No entanto, ele deve abranger algumas etapas básicas: identificação da prática social letrada, do tema e do gênero a ser trabalhado, modelização do gênero, produção textual inicial, oficinas de leitura, escrita, estudo do gênero e análise linguística (de acordo com as necessidades e dificuldades apresentadas pelos alunos envolvidos na produção inicial), produção textual final, elaboração de grade de avaliação em conjunto com os alunos, de acordo com o gênero e reescrita. Essas etapas podem ser melhor visualizadas na seguinte ilustração:

  
Figura 1: Fluxo de organização do Projeto Didático de Gênero. Fonte: RABELLO, 2015

Por meio de um trabalho focado no gênero e na prática social da escrita, o aluno torna-se capaz de interagir com os textos, compreendendo e sistematizando os conhecimentos linguísticos, que passam a não ser mais o foco da aula de língua materna, tampouco o pretexto de se estudar um determinado texto, estando, pois, a serviço da produção escrita. Dessa forma, o professor é visto como um mediador entre o conhecimento formal e as necessidades discursivas dos alunos, que passam a ser, de fato, sujeitos nos processos de ensino e aprendizagem. Trata-se, assim, de uma metodologia ativa, que permite aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a coconstrução de saberes.

**OS PDG DESENVOLVIDOS NA REDE MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Na Rede Municipal de Novo Hamburgo, Projetos Didáticos de Gênero foram desenvolvidos em diferentes momentos, pelos membros da comunidade de indagação, pelos professores que participaram da formação, ou mesmo por estagiários do curso de Letras que atuaram nas escolas municipais. Nesta seção não pretendemos quantificar os projetos, mas sim relatar brevemente algumas experiências realizadas aqui, com o intuito de reafirmar a viabilidade dessa metodologia em nossas escolas. A escolha dos trabalhos mencionados neste artigo está atrelada a pesquisas desenvolvidas no PPGLA e nas publicações em que se desdobraram as práticas desenvolvidas e analisadas pelo grupo.

Na EMEF Eugênio Nelson Ritzel, uma turma de 6º ano estava estudando, na aula de Ciências, sobre a importância de uma alimentação saudável. Percebendo o interesse dos alunos no assunto, o professor de Língua Portuguesa desenvolveu um projeto didático de gênero cuja proposta era compartilhar os conhecimentos da turma sobre alimentação saudável. O gênero trabalhado foi o fôlder que, depois de prontos, foram distribuídos na comunidade escolar.

Na EMEF Presidente Hermes da Fonseca, a professora de Língua Portuguesa percebeu que, em sua turma de 6º ano, a necessidade de abordar a questão da identidade racial. Por meio de um trabalho focado em levar para a sala de aula elementos da cultura afro-brasileira, foi proposto aos alunos o estudo e a produção de ladainhas de capoeira. Os textos produzidos pelos alunos foram gravados em um CD e cantados em uma roda de capoeira na escola.

Na EMEF Martha Wartenberg, os alunos de uma turma de 9º ano perderam uma colega com câncer. A partir dessa situação traumática, passaram a se questionar a respeito dessa doença, sobretudo sobre como ela tem se tornado comum entre parentes e conhecidos. Percebendo essa curiosidade e a necessidade de elaborar o luto, a professora de Língua Portuguesa propôs que, em grupos, fossem criados roteiros de documentários. Após um trabalho intenso de pesquisa sobre o tema, de entrevistas com pessoas que enfrentaram de alguma forma o câncer e da sistematização do gênero, os roteiros se tornaram documentários que circularam na internet e foram apresentados à comunidade escolar em uma mostra audiovisual.

Na EMEF Senador Salgado Filho, alunos de 5º ano que estudavam sobre os impactos da não separação do lixo perceberam que, na escola, faltavam lixeiras. Dessa forma, a professora propôs o estudo do gênero carta de solicitação, para que fossem pedidas a empresas da região a doação de lixeiras para a escola. as cartas foram enviadas e respondidas por uma rede de supermercados, que respondeu às crianças de doou as lixeiras para que, a partir de então, houvesse condições para que o lixo da escola fosse separado corretamente.

Além dos projetos relatados, muitos outros PDG foram desenvolvidos na rede, com propostas de produção de narrativas de detetive, panfletos, contos de terror, cartas de reclamação, notícias, exposições orais, entre outros gêneros que materializam práticas de linguagem que extrapolam as paredes da sala de aula. Os alunos envolvidos com a produção desses textos certamente vivenciaram aprendizagens significativas e compreenderam a importância da escrita em suas vidas. Já os professores passaram a dividir com os alunos a centralidade das aulas, aprendendo com eles e aproximando-se de suas realidades.

Neste momento, novos PDG estão sendo pensados e desenvolvidos, devido à formação ofertada no decorrer de 2018. Novos professores estão, pois, envolvidos nesse processo, de modo a experimentar a metodologia e desenvolver, por meio dela, sua autoria e protagonismo. Trata-se de dar vida à escrita na sala de aula que, antes, consistia em uma simples tarefa (do ponto de vista do aluno, escrever e entregar; do ponto de vista do professor, recolher e corrigir).

**COMUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL COMO PROPOSTA DE CONTINUIDADE DA PARCERIA**

A proposta do projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2016 prevê a constituição de comunidades de desenvolvimento profissional, de modo a integrar os participantes da formação continuada ofertada ao longo de 2018 e inseri-los em discussões que busquem o aprimoramento de suas práticas em salas de aula. Essa denominação, utilizada também por pesquisadores da Universidade de Aveiro - Portugal ao desenvolverem o projeto “Línguas e Educação: construir e partilhar a formação”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e coordenado pela professora Ana Isabel Andrade, apoia-se na noção de comunidades de prática desenvolvida por Wenger (2001), que parte de quatro pressupostos. O primeiro deles vem a ser o fato de sermos seres sociais, o que se torna um aspecto essencial da aprendizagem. O segundo pressuposto é o de que o conhecimento é uma questão de competência em relação a determinadas atividades socialmente valorizadas, como desempenhar papéis sociais, saber consertar uma máquina, ou recitar poemas. O terceiro é o de que conhecer é uma questão de participação do desenvolvimento de algum empreendimento, isto é, de envolver-se de maneira ativa. Por fim, o quarto pressuposto trata do significado, uma vez que é ele que produz a aprendizagem, por ser atribuído à nossa capacidade de experimentar o mundo e ao nosso compromisso com ele como algo significativo.

Essas premissas mostram que o centro de interesse da teoria reside na aprendizagem como participação social. No entanto, participar não se limita apenas a “estar inserido”: consiste, pois, em um processo de alcance maior, que é o de participar ativamente das práticas das comunidades sociais, construindo, assim, identidades dentro dessas comunidades. Dessa maneira, o significado, a prática, a comunidade e a identidade são os componentes que, profundamente interconectados e definidos de forma mútua, integram a teoria social de aprendizagem. A aprendizagem está, pois, baseada na experiência e nos relacionamentos sociais, no realinhamento de experiências e competências, que são interdependentes.

Uma comunidade de prática (CoP) requer que seus membros compartilhem três características comuns, que são o compromisso mútuo, o envolvimento num empreendimento e o repertório ou conjunto de saberes a ser compartilhado. O compromisso mútuo está relacionado às ações executadas por cada participante, na tentativa de negociar mutuamente os significados. Trata-se de fazer algo conjuntamente, em prol da manutenção da comunidade. No entanto, é importante ressaltar que os membros da comunidade não necessariamente precisam ter as mesmas ações: cada um desempenha sua função específica, mas há um objetivo maior por trás dessas práticas. Ou seja, para que haja um compromisso mútuo, a homogeneidade não é essencial. As pessoas podem se conectar de maneiras diversas, e as relações entre elas surgem do compromisso com a prática, pois é isso que define a afiliação.

O empreendimento conjunto é o resultado do processo coletivo de negociação, refletido por meio do compromisso mútuo. Não se trata, porém, de uma simples meta a ser alcançada, nem de um acordo estático. É, pois, um processo para o qual os membros da CoP dedicam energia. Para compreender a relevância desse processo, vale lembrar que as comunidades de prática se desenvolvem em contextos mais amplos - histórico, cultural, social ou institucional -, sofrendo, assim, influências externas, até porque seus membros podem não pertencer exclusivamente a uma comunidade, mas a várias. Na medida em que os indivíduos negociam, definem e estabelecem mutuamente um empreendimento conjunto, isso produz relações de responsabilidade e legitima a existência de uma comunidade.

O repertório compartilhado é um conjunto de recursos de que a comunidade dispõe para negociar os significados, desenvolver e alcançar o propósito estabelecido como empreendimento conjunto. Os elementos de um repertório, como destaca Wenger, nem sempre são concretos e podem ser muito heterogêneos. Podem ser experiências, histórias e rituais, por exemplo. O repertório combina aspectos inerentes à colaboração entre os membros da comunidade, processo atingido por meio da participação e da reificação.

Os fatores determinantes da aprendizagem em Comunidades de Prática são os modos de pertencimento. Wenger aponta que os principais modos são o compromisso, a imaginação e o alinhamento. O compromisso – ou engajamento – é o envolvimento ativo em processos mútuos de negociação de significados (WENGER, 2001). O engajamento dos membros é fundamental para a constituição das práticas em torno das quais a comunidade se constitui. Por meio desse modo de pertencimento, é possível fazer coisas juntos, conversar, produzir ferramentas. As maneiras de os participantes engajarem-se com os outros e com o mundo são o que moldam suas experiências e suas identidades.

Dessa forma, nossa expectativa é que a partir das comunidades de desenvolvimento profissional a serem constituídas em nossa rede seja impulsionado o desenvolvimento de professores por meio de encontros em que sejam estudados os conceitos reguladores para o ensino da escrita, a partir da leitura e discussão da BNCC e outros materiais, a fim de transpor esses conceitos para sua prática em sala de aula. Esperamos que esses professores demonstrem, para além da apropriação de saberes e conceitos, traços de seu desenvolvimento profissional, além de uma descrição crítica e analítica do(s) impacto(s) da BNCC para o trabalho do professor. Trata-se do desafio de construir com professores uma dinâmica dialógica, em que pesquisadores e colaboradores coconstruam novas formas de agir que orientem a produção de saberes para a prática docente.

**PDG: VISIBILIDADE E REPERCUSSÕES**

A participação dos professores da rede de Novo Hamburgo no projeto, ao longo desses mais de sete anos de parceria, favoreceu muito mais do que desenvolver e conhecer uma nova metodologia de ensino: novas concepções foram incorporadas à sua formação e, consequentemente, à sua prática. Essas mudanças resultaram em uma reformulação dos Planos de Estudos, aos quais foram incorporadas as concepções trabalhadas na comunidade de indagação e nas formações. O processo de revisão envolveu, entre outras demandas, discussões acerca das diretrizes curriculares da disciplina de Língua Portuguesa nos níveis de ensino atendidos. Essas diretrizes dizem respeito diretamente ao trabalho do professor: seus objetivos, a postura a ser tomada em sala de aula e, principalmente, as concepções de linguagem e de ensino a serem adotadas, de modo a criar, em uma rede tão complexa, uma base comum, ao mesmo tempo respeitando as particularidades de cada espaço.

Atualmente, o Projeto Didático de Gênero enquanto metodologia de ensino tem sido objeto de estudo e pesquisa de grupos não só da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mas também de outras instituições de ensino superior, entre as quais destacam-se a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Das diversas pesquisas da Unisinos, três dissertações/teses são de professoras da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo, que participaram da concepção do PDG como cursistas, participantes da comunidade de indagação, mestrandas/doutorandas do PPGLA e responsáveis pela formação continuada. É importante, também, destacar algumas publicações, entre as quais os quatro volumes do da coleção Caminhos da Construção, publicada pela editora Mercado de Letras (ver referências deste artigo).

Membros do grupo da Unisinos também fazem parte do grupo de pesquisa ALTER/CNPq (Análise da Linguagem, Trabalho e suas Relações), sediado na USP e coordenado pela Profa. Dra. Eliane Lousada, que tem como preocupação compreender as ações de linguagem em ambiente de trabalho, com ênfase no trabalho educacional. Contamos também com a colaboração da Profa. Dra. Delaine Cafiero Bicalho, do POSLIN/UFMG, a partir de um projeto que visa ao ensino de Língua Portuguesa, com apoio do PROCAD/Casadinho, a partir de Edital CNPq/CAPES de 2011.

O projeto também conta com duas parcerias de nível internacional. Uma delas é com a Universidade de Aveiro, através da Profa. Dra. Luísa Álvares Pereira e do grupo Protextos. Existe, ainda, uma parceria com a Universidade de Genebra, especificamente com o Grupo LAF (*Langage, Action et Formation*), coordenado pelo Prof. Dr. Jean-Paul Bronckart, com colaboração da Profa. Dra. Ecaterina Bulea-Bronckart. Há ainda uma relação estreita de cooperação com o Prof. Dr. Joaquim Dolz, também da Universidade de Genebra, vinculado à Didática de Língua Materna.

Como podemos ver, a repercussão dos estudos iniciados na Rede Municipal de Novo Hamburgo, sobretudo a criação de um dispositivo de ensino pensado pela e para a realidade de nossas escolas, cumpre um papel semelhante ao do próprio PDG: extrapola limites, vai além do proposto e busca articular saberes, uma vez que não se trata de uma simples tarefa e carrega consigo significados maiores e mais reais. Dessa forma, é importante pensar que as comunidades envolvidas em todo esse projeto (tanto as da rede quanto as das universidades ocupadas com pesquisas a respeito) devem se retroalimentar, isto é, fornecer umas às outras elementos não apenas para fortalecerem a metodologia e o protagonismo do professor, mas também para propor inovações sempre que for necessário.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que, embora seja “prata da casa”, o PDG ainda não é conhecido por todos os professores de Novo Hamburgo e não alcançou de fato todas as escolas. Por isso, acreditamos que as comunidades de desenvolvimento profissional sejam o próximo passo a ser dado, no sentido de manter as parcerias já existentes e aprimorar a prática docente por meio de reflexões e de ações conjuntas. Ver sentido no que se aprende e no que se faz é o que nos qualifica de verdade.

**REFERÊNCIAS**

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARTON, D. e LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

DOLZ, Joaquim; ABOUZAID, Myriam. Pluralidade dos gêneros e singularidades do texto: tensões constitutivas da didática das línguas. **Revista Linha D'Água (online)**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 5-25, dec. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/105440>>. Acesso em: 11 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v28i2p5-25>

GUIMARÃES, A. M. M.; KERSCH, D. F. (Org.). **Caminhos da construção: projetos didáticos de gênero na sala de aula de língua portuguesa.** Campinas: Mercado de Letras, 2012.

GUIMARÃES, Ana Maria de M.; KERSCH, Dorotea. **Caminhos da Construção:** **Projetos didáticos de gênero no domínio do argumentar.** Campinas: Mercado de Letras. 2014.

GUIMARÃES, Ana Maria de M.; CARNIN, Anderson; KERSCH, Dorotea. **Caminhos da Construção: Reflexões sobre projetos didáticos de gênero.** Campinas: Mercado de Letras. 2015.

KLEIMAN, A.B.; SIGNORINI, I. **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

KLEIMAN, Angela. **Letramento e suas Implicações para o Ensino de Língua Materna.** Signo, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

MATIAS, Joseane. **“O que um não sabia o outro sabia, e assim fomos juntando nossos conhecimentos”: o PDG como metodologia ativa no desenvolvimento dos letramentos e na legitimação de comunidades de prática. Dissertação - Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada.** São Leopoldo: Unisinos, 2017.

RABELLO, Keli R. **O uso de artigos midiáticos de divulgação científica em um Projeto Didático de Gênero: uma proposta para construção do aprendizado interdisciplinar em sala de aula.** Dissertação - Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada.São Leopoldo: Unisinos, 2015.

SCHNEUWLY, B.; J, DOLZ. **Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino.** In: SCHNEUWLY, B.; J. DOLZ. **Gêneros Orais e Escritos na Escola.** Mercado de Letras, 2004. p. 71-94.

WENGER, Etienne. **Comunidades de práctica: aprendizaje, significado e identidad.** Barcelona: Paidós, 2001.

1. Licenciada em Letras, Mestra em Linguística Aplicada. Assessora pedagógica da área de linguagens da Rede Municipal de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação. [↑](#footnote-ref-2)